



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

## Entrevista ao Jornalista Hideki Michinaga, do Jornal *Nihon Keizai Shimbun*, em 9 de Novembro de 1990

*Jornalista: Após tomar posse o senhor baixou um plano econômico que tem por objetivo principal acabar com a inflação, que chegou a 1.850% ao ano. Esse plano teve grande repercussão, nacional e internacional. Voltando os olhos para esses oito meses, gostaria que o senhor falasse das mudanças que houve durante o seu governo.*

*Presidente:* Costumo dizer que nas eleições do ano passado, muito mais do que a mudança do Presidente da República, tivemos uma mudança de geração no poder, uma mudança de visão do que seja governar. Até então, o poder no Brasil era um instrumento de fortalecimento do Estado. E ao fortalecê-lo, enfraquecia-se a sociedade. No nosso governo mudamos essa mentalidade. Entendemos que quem deve ser fortalecida é a cidadania, é a sociedade, a serviço de quem o Estado deve estar. O Estado tem que encolher para que a sociedade possa crescer e a economia prosperar. Encolher o Estado não quer dizer a mesma coisa que enfraquecê-lo; queremos um Estado enxuto, mais eficiente, mais respeitado. Infelizmente, até há alguns meses,

tínhamos um Estado que além de gigantesco era ineficiente e corrupto, um Estado que não merecia o respeito da sociedade, na medida em que não conseguia cumprir as atribuições básicas que deveria ter num sistema democrático. Fundamentalmente, essa é a grande mudança que estamos operando no Brasil, uma mudança de mentalidade, de visão, de perspectiva que o País precisa para ingressar, com características modernas, no terceiro milênio.

---

## Dívida Externa

---

*Jornalista: Desde julho de 1989 o Brasil suspendeu o pagamento dos juros de sua dívida externa. Tivemos notícia de que os bancos credores pediram o pagamento de pelo menos uma parcela, de US\$ 2,5 bilhões, desses atrasados, mas que o Brasil até agora não pagou, inclusive contrariando a premissa do Fundo Monetário Internacional, que parece achar que o pagamento dos juros atrasados é essencial para a obtenção de novos créditos. O pagamento dos atrasados é a chave para resolver o problema do Brasil com relação à dívida externa? Qual sua visão sobre o tratamento a ser dado a essa questão?*

*Presidente:* A primeira coisa que fiz ao assumir a Presidência da República foi retirar o emocionalismo e a paixão que dominavam a discussão da dívida externa, passando a dar-lhe um caráter objetivo. A nossa posição é muito simples: alguém tem dinheiro a receber e alguém deve esse dinheiro. O devedor quer pagar os menores juros possíveis e nos prazos os mais dilatados possíveis; o credor, por seu turno, quer as maiores taxas e os menores prazos. É exatamente para conciliar essas posições, antagônicas por natureza, que existe a negociação, que tem por objetivo, através de aproximações sucessivas, fazer com que as partes encontrem um denominador comum, mutuamente aceitáveis.

Quanto à atual etapa de negociação, já fizemos nossa proposta. Os bancos apresentaram ontem, dia 8, uma contrapro-

posta. Da mesma maneira que nossa proposta foi analisada e debatida, durante duas semanas ou mais, pelos bancos credores, nós iremos estudar a proposta e apresentar uma contraproposta. Enfim, é o processo típico de negociação. Na proposta que nos enviaram, os bancos pedem que paguemos algo como US\$ 2 bilhões de juros atrasados da dívida. Vamos analisar e verificar nossa capacidade de pagamento. Cabe salientar, a propósito, que o próprio Fundo Monetário Internacional já admitiu o conceito de «capacidade de pagamento» que, em linhas gerais, significa a noção de que não podemos sacrificar o crescimento interno para pagar a dívida externa. Precisamos de condições para honrar os nossos compromissos. É exatamente nesse sentido, que é positivo, que é construtivo, que estamos encaminhando a negociação da dívida externa.

*Jornalista: A proposta brasileira aos bancos credores despertou, entre eles, uma reação negativa. Evidentemente que seu governo não pode assumir a responsabilidade por essa dívida estar sendo rolada há tantos anos, mas na opinião da maioria desses bancos, a atitude do Brasil de querer rolá-la por longo prazo não condiziria com os lemas de sinceridade, honestidade e confiabilidade do novo Governo.*

*Presidente:* Na verdade, me pareceria estranho se os bancos aplaudissem a proposta. Isso significaria que alguma coisa estava errada e me levaria a colocar em dúvida se essa proposta estaria efetivamente atendendo aos nossos interesses. No momento em que eles reagem de forma não muito favorável, isso sinaliza que há condições de virmos a encontrar um denominador comum. Essa é a nossa disposição. Nossa proposta é absolutamente honesta e sincera, é o que podemos fazer. O Brasil já assinou sete acordos com o FMI e, infelizmente, não cumpriu com nenhum deles. Não queremos fazer isso mais uma vez. Nosso governo tem a marca da seriedade e deseja assinar um acordo que possa cumprir. Se fosse para assinar somente mais um compromisso para ser descumprido, já poderíamos tê-lo feito. Mas queremos assinar um compromisso que não deixe dúvida quanto ao seu cumprimento.

Enfim, trata-se de uma negociação normal, nada há a estranhar. Estou convencido de que há, hoje, um cenário extre-

mamente favorável para que possamos chegar a um entendimento mutuamente satisfatório. Como em toda negociação séria, o processo é penoso e difícil.

*Jornalista: Em seus contatos no Japão o senhor pretende levantar a questão dos investimentos diretos no Brasil?*

*Presidente:* O Japão é muito importante para o Brasil. A colonização japonesa ajudou, de uma maneira decisiva, a transformar São Paulo e o Paraná na região mais rica do País. Aprendemos e continuamos a aprender muito com os japoneses. Sua tenacidade, sua vocação para o trabalho, sua inteligência e sua disciplina são lemas para nós, brasileiros. Temos, no Brasil, investimentos japoneses maciços na área da siderurgia. Então, é claro, esses assuntos deverão tomar uma parte importante de nossa agenda. Precisamos do Japão como um grande parceiro.

*Jornalista: O senhor estaria interessado na instalação de fábricas de automóveis japonesas no Brasil?*

*Presidente:* Já tive contatos, sobre o assunto, com representantes das firmas Nissan e Toyota, que já tem, essa última, uma pequena montadora no Brasil. Nesses contatos estimorei-os a considerar a possibilidade de que instalassem fábricas no Brasil, falei-lhes da minha proposta de abrir a economia brasileira e manifestei-lhes minha compreensão de que o interesse em montar fábricas no Brasil tenderá a crescer quando nosso mercado interno ficar fortalecido. Disse-lhes que isso não iria demorar muito e que, se quisessem se antecipar a esse momento, estariam ganhando tempo e dinheiro. Eles acharam a proposta interessante, e eu espero retomar essas conversações.

---

## Golfo Pérsico

---

*Jornalista: Como o senhor reage às críticas de que o Brasil tem sido um dos principais países a armar o Iraque?*

*Presidente:* Em primeiro lugar, gostaria de dizer que quem armou o Iraque não foi o Brasil e, sim, as grandes potências. Foram os países desenvolvidos que forneceram ao Iraque as armas químicas, os superbombardeiros, os supersônicos, a artilharia ultra-sofisticada. Outro dia, uma revista norte-americana publicou a relação dos equipamentos bélicos do Iraque, dando suas especificações e sua procedência. Por esse registro é facilmente verificável que o Brasil não forneceu mais do que 0,03% desses equipamentos iraqueanos. E, mesmo assim, são aviões de treinamento «Tucano» e alguns carros com artilharia defensiva.

---

## Meio Ambiente e Energia Nuclear

---

*Jornalista:* Outros dois temas importantes são o da energia nuclear e o da preservação da Amazônia. Qual a posição de seu governo sobre eles?

*Presidente:* Em relação à questão nuclear, meu governo já deu um basta à possibilidade de uma aventura nuclear. Não queremos saber de explodir bombas, nem queremos ter bombas atômicas. No meu entender, o maior sinal de atraso que se pode ter é o de movimentar toda uma sociedade e uma economia para a fabricação de artefatos nucleares. Onde utilizá-los? Para fazer o que com eles, quando no mundo existem milhares de pessoas morrendo de fome, sem acesso à educação, à saúde, sem direito a um teto? Para mim isso é uma coisa inteiramente absurda e fora de contexto. Já coloquei uma pá de cal, literalmente, no Programa Nuclear Brasileiro.

Por outro lado, o Brasil não abre mão do acesso a novas formas de tecnologia que nos ajudem a aumentar a produtividade da economia e a evitar a devastação do planeta. Acho que é chegado o momento dos detentores desses conhecimentos passarem-nos a países como o Brasil e a outros que têm compromissos com a questão ecológica. O Brasil vai sediar, em 1992, a II Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento,

sob os auspícios da ONU. Eu tenho repetido que nessa área, e em nenhuma outra, o Brasil nada tem a esconder. Mas nessa Conferência queremos muito mais do que discutir formas de combater, aqui e ali, a devastação da natureza. Queremos que a Conferência sirva para que se faça uma profunda reflexão sobre o que queremos do nosso mundo às vésperas do terceiro milênio.

Acho que todo esse modelo de desenvolvimento ocidental precisa ser questionado duramente. Que modelo é esse de produzir e consumir, sem limites, recursos não-renováveis, deixando como herança um planeta arrasado? Esse é um modelo de desenvolvimento que leva à concentração da renda e do conhecimento. Estamos deixando o mundo bitolado do capitalismo e do comunismo, que graças a Deus chegou ao fim, mas mergulhando noutro, também bitolado, dos países ricos e dos países pobres. Esse modelo de desenvolvimento é concentrador de renda, de poder, de conhecimentos, e aumenta a distância entre os dois grupos de países. Essa conformação do mundo, entre ricos e pobres, não deixa de ser uma ameaça à estabilidade mundial. O mundo, cada vez menor, exige solidariedade no relacionamento entre os povos.

---

## Petróleo

---

*Jornalista: A crise no Oriente Médio traz a questão do petróleo novamente a um lugar de destaque. O Brasil já produz cerca de metade do petróleo que consome. Há condições de o Brasil alcançar a auto-suficiência?*

*Presidente:* Para chegarmos à auto-suficiência em petróleo, o que seria possível acontecer por volta do ano 2000, precisaríamos investir alguma coisa entre 25 a 30 bilhões de dólares, recursos dos quais não dispomos. Governos passados entenderam, de uma forma equivocada, que para se combater a inflação era preciso reprimir as tarifas públicas, entre elas a do combustível.

É diferente do que fazemos hoje, quando se combate a inflação mas se mantém a realidade tarifária. Preços realistas para os combustíveis estimularão os investimentos.

*Entrevista concedida ao jornalista Hideki  
Michinaga, do jornal Nihon Keizai Shimbun, por  
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,  
Presidente da República Federativa do Brasil,  
em Brasília, DF,  
no dia 9 de novembro de 1990.*